

**Informação relacionada com a Sustentabilidade Financeira da Allianz SGFP** (Regulamento UE 2019/2088 do Parlamento Europeu, de 27 de novembro de 2019, sobre divulgações relacionadas com a sustentabilidade no setor de serviços financeiros)

## Artigo 4º/Informação sobre os principais indicadores e princípios de impacto negativo de sustentabilidade

### A. Políticas de identificação e priorização dos principais impactos e indicadores negativos de sustentabilidade, descrição desses mesmos impactos e quaisquer ações tomadas ou, se necessário, planeadas.

A Allianz Portugal considera nas suas decisões de investimento os Princípios de Impacto Negativo no que respeita aos ativos de investimento de seguros<sup>1</sup> e tem uma estrutura robusta para identificar e avaliar os referidos impactos. Esta abordagem é definida e sustentada por documentos chave de política interna.

O Princípio de Impacto Negativo\* da sustentabilidade inclui emissões de efeito de estufa - GHG, perdas de biodiversidade, tratamento de resíduos perigosos e emissões tóxicas, problemas hídricos, violação dos direitos humanos, impactos adversos comunitários, saúde e segurança, suborno e corrupção e estes tópicos são tidos em consideração quando são definidas exclusões, na definição de investimentos de curto e longo prazo e no compromisso com os clientes (Ver B) . De modo a identificar e avaliar estes impactos, temos em consideração vários indicadores, dependendo da materialidade do respetivo investimento. Adicionalmente, a Allianz assumiu diversos compromissos com iniciativas estratégicas relacionadas com as mudanças climáticas, entre outros temas, que visam fortalecer a nossa abordagem na mitigação dos impactos negativos.

A Allianz apoia a mudança para uma economia amiga do clima com uma abordagem de sustentabilidade ambiciosa nos seus negócios e operações. Como membro fundador da [Net-Zero Asset Owner Alliance](#) (AOA), convocada pela ONU, defendemos estratégias ambiciosas de descarbonização. O nosso compromisso é obter zero emissões de Gases no nosso portfólio de investimentos até 2050. A Allianz trabalha afinadamente com a AOA para definir metodologias de medição de desempenho relacionado com as mudanças climáticas e estabelecer metas apropriadas em várias classes de ativos e setores.

São tomadas ações para evitar ou mitigar os impactos negativos de sustentabilidade, incluindo:

- Restrição de investimentos em determinados sectores e emissores: Inclui: (1) Exclusão de empresas produtoras ou associadas a armas controversas<sup>2</sup>, (2) Exclusão de modelos de negócio baseados em carvão<sup>3</sup>, (3) Exclusão de negócios relacionados com areias betuminosas<sup>4</sup> (4) Restrições ao financiamento de projetos de acordo com a Política de Petróleo e Gás<sup>5</sup> (5) Restrição de Obrigações Governamentais de países associados a violações de direitos humanos e problemas sérios na gestão de ESG, (6) Emissores individuais com riscos ESG elevados e em que o processo de Compromisso descrito no ponto 3 não teve sucesso, podem também ser excluídos.
- Comprometemo-nos a eliminar totalmente o investimento em empresas com modelos de negócio baseados em carvão até, no máximo, 2040.
- Compromisso de zero emissões de gases de efeito de estufa no nosso portfolio até 2050. Isso significa que, como gestores de ativos, ajudaremos, incentivaremos e exigiremos que os nossos clientes sigam caminhos de descarbonização consistentes com o objetivo de 1,5°C do Acordo de Paris. Entre todas as empresas do Grupo Allianz, colaboramos estritamente para definir e realizar metas comuns do Grupo para os investimentos que gerimos. Consequentemente, enquanto cada empresa do Grupo Allianz contribui para as metas abaixo, a maioria dos objetivos é definido e reportado ao nível do Grupo.

\* O conceito do Princípio de Impacto Negativo (PAI, sigla em inglês) é descrito no regulamento da União Europeia sobre as divulgações relacionadas com a sustentabilidade no sector de serviços financeiros (SFDR) como: Impactos negativos, em fatores de sustentabilidade, mais significativos nas decisões de investimento, diretamente relacionado com questões ambientais, sociais, respeito pelos direitos humanos, anticorrupção e anti suborno.

<sup>1</sup> A abordagem a seguir apresentada não se aplica aos ativos subjacentes a produtos unit-linked.

- Em 2025, como primeira meta face ao nosso objetivo Net-Zero, propomos reduzir, em 25% em relação a 2019, as emissões de gases de efeito de estufa (GHG) em ações e obrigações corporativas.
- Adicionalmente, a nossa carteira de imobiliário estará já alinhada com o compromisso de 1,5°C. Apesar do nosso foco principal ser as emissões de carbono e a eficiência energética, também analisamos os padrões de governação, sociais e de bem-estar. Qualquer novo investimento deve ter uma certificação ambiental ou de sustentabilidade (por exemplo, BREEAM ou LEED). O nosso objetivo passa por influenciar os nossos parceiros a assumir um papel ativo na promoção de mudanças, por exemplo, através de 'arrendamentos verdes' que incluem cláusulas destinadas a reduzir os impactos ambientais. Ao melhorar a eficiência energética e substituir as fontes de energia tradicionais por alternativas sustentáveis, estamos a preparar os nossos edifícios para o futuro.
- Em 2021, introduzimos novas metas para os nossos investimentos em infraestrutura de capital e dívida. Essas metas preveem a) transparência total sobre as emissões financiadas até o final do ano de 2023 para todos os investimentos b) para investimentos diretos em ações uma redução absoluta de carbono em 28% até o final de 2025 c) novos investimentos diretos (ações e dívida) em ativos altamente emissores somente no caso de um plano de descarbonização de 1,5°C estar em vigor e d) introdução gradual de metas de emissões zero para novos investimentos em fundos até o final de 2024.
- Compromisso ao nível da indústria: Para apoiar a mudança para uma economia de baixo carbono, também atuamos ao nível do setor da indústria. As metas definidas para o final de 2024 focam-se em duas das indústrias mais poluentes: Serviços Básicos e Petróleo e Gás. Isto inclui trabalharmos com as empresas para estabelecer objetivos de zero emissões de nível 1 e nível 2 até 2050. Até 2025, pretendemos que pelo menos 50% de nossos ativos sob gestão no setor de petróleo e gás sigam esta meta. Além disso, aumentaremos a nossa participação em compromissos de colaboração como o CA100+, e conduziremos atividades de colaboração com gestores de ativos e setoriais como parte do AOA.
- Investir numa economia zero emissões de gases: Temos um portfólio global crescente de soluções climáticas, incluindo investimento em energia renovável, inovações energéticas e promoção da transição para uma economia net-zero. A Allianz está comprometida em aumentar a sua exposição em energias renováveis em 5,85% ao ano, de acordo com as projeções da Agência Internacional de Energia Renovável.
- Envolvimento com determinadas empresas participadas para induzir uma gestão melhorada dos riscos e impactos ESG. Em 2021 estendemos o nosso livro de regras ESG para considerar na nossa carteira de investimentos emitentes que estejam marcados por questões relacionadas com o princípio de impacto negativo (violações dos princípios da ONU, direitos humanos e boa governação) de acordo com dados fornecidos pelo nosso prestador externo de dados de sustentabilidade. O nosso objetivo é aumentar as nossas atividades de colaboração bilateral em pelo menos 100% até o final de 2024. Para mais detalhes ver secção B.

Estas ações de mitigação são acompanhadas de abordagens para identificar, avaliar, priorizar, evitar ou mitigar os impactos do princípio negativo de sustentabilidade que cobrem a ampla variedade de classes de ativos nas quais investimos e os diferentes processos de investimento que aplicamos:

- Selecionar e monitorizar gestores de ativos de fundos de pensões: Para a grande maioria dos nossos investimentos, a Allianz Portugal nomeia gestores de ativos Allianz Global Investors e a PIMCO) para executarem os investimentos. Os nossos objetivos de carteira não podem ser atingidos sem uma colaboração estreita e o apoio desses gestores.

<sup>2</sup> Armas que se enquadram nas seguintes convenções internacionais: Convenção de Ottawa (minas terrestres antipessoal); Convenção sobre Munições Cluster (munições cluster / bombas); Convenção de Armas Biológicas e Tóxicas (armas biológicas); e Convenção de Armas Químicas (armas químicas).

<sup>3</sup> Empresas que obtêm 30% (25% em 31 de dezembro de 2022) ou mais das suas receitas através da exploração de carvão térmico; Empresas que obtêm 30% (25% em 31 de dezembro de 2022) ou mais de sua eletricidade gerada de carvão térmico e / ou pretendem adicionar mais de 0,3 gigawatts (GW) de capacidade de carvão térmico; Para facilitar a transição os emissores que potencialmente violariam os novos limites a partir de 2023 foram colocados em Freeze em 2021, o que significa que nenhum aumento de exposição é permitido; por exclusão, entendemos em que os instrumentos de capital nessas empresas vão ser alienados e liquidados e não será feito nenhum reinvestimento; para mais detalhes, clique [aqui](#).

<sup>4</sup> Sem financiamento para empresas com mais de 20% da receita de areias betuminosas em todas as linhas de negócios (10% em 31 de dezembro de 2024).

<sup>5</sup> Sem financiamento para projetos em i) exploração e desenvolvimento de novos campos de petróleo e gás (upstream) ii) construção de nova infraestrutura midstream relacionada ao petróleo, iii) construção de novas usinas de petróleo, práticas relacionadas ao Ártico (conforme definido pela AMAP, excluindo operações em territórios noruegueses) e iv) Antártica, metano de leito de carvão, óleo extrapesado e areias betuminosas, bem como mar ultraprofundo. Estas regras aplicam-se a projetos/operações novos e existentes. Reforçaremos a nossa política ainda mais em 2025.

Selecionamos e nomeamos gestores de ativos que alinhem as suas atividades com interesses de sustentabilidade de longo prazo. Para isso, definimos níveis mínimos de expectativas e práticos sistemáticos de monitorização e envolvimento com os gestores. Todos os gestores de ativos que investem em nome do Allianz Portugal são obrigados a integrar fatores ESG no seu processo de investimento para ativos cotados e não cotados. Os gestores de ativos devem subscrever os Princípios de Investimento Responsável (PIR) 6 ou ter uma política própria de ESG. Mais de 99% dos nossos ativos são geridos por gestores que cumprem este requisito mínimo. A Allianz Investment Management (AIM) SE e a Allianz Portugal avaliam e reverem sistematicamente as abordagens de sustentabilidade dos gestores de ativos externos, incluindo as suas estratégias de alterações climáticas e de descarbonização. Para os mandatos existentes, são mantidas reuniões de revisão bi-anuais com os gestores de ativos. O objetivo dessas reuniões é avaliar as políticas de ESG dos gestores, a sua aplicação e dos processos relacionados. As conversas focam-se nas estruturas de governação para garantir responsabilidades claras para o controlo dos materiais de sustentabilidade, abordagens sistematicas de monitorização para os riscos e oportunidades de sustentabilidade, atividades para garantir que as ambições de sustentabilidade estão alinhadas com os nossos interesses e abordagens de colaboração para melhorar práticas de sustentabilidade em companhias participadas. Quando nos envolvemos com gestores que não cumprem ainda alguma área das suas abordagens mas cumprem as nossas expectativas no globalidade, estabelecemos com eles objetivos de melhoria e monitorizamos os respetivos progressos. Este é um passo essencial para o nosso objetivo de deter um impacto positivo no mundo real e abordar proactivamente as questões estratégicas da sustentabilidade. Adicionalmente, os gestores são obrigados a cumprir todos os critérios de exclusão definidos pela Allianz Portugal.

- **Abordagem de classificação ESG para ativos cotados:** Baseada nos ratings ESG fornecidos pelo MSCI ESG Research, desenvolvemos uma abordagem para integrar sistematicamente os fatores de sustentabilidade no nosso processo de tomada de decisão de investimento. Os ratings ESG das empresas são baseados na análise de fatores chave ambientais, sociais e de governação, que são considerados materiais para cada setor. Estes incluem emissões de gases de efeito de estufa, biodiversidade, direitos humanos, padrões de trabalho e governação corporativa. As empresas com uma pontuação ESG baixa estão ligadas a riscos ESG elevados e não geridos bem como impactos negativos não mitigados. Para identificar estas empresas, o processo de pontuação utiliza um limite mínimo ESG. Quando analisamos os investimentos atuais de um determinado portfolio, e quando selecionamos os novos investimentos, os gestores de ativos devem ter em consideração a pontuação ESG e o limite aplicável. Quer isto dizer que os investimentos em emissores abaixo do limite devem ser evitados. Isto aplica-se aos investimentos atuais, reinvestimentos e novos investimentos. Se um gestor de ativos tiver investimentos abaixo do limite, aplica-se uma cláusula cumpre-ou-explica. Adicionalmente, a Allianz sujeita os emissores abaixo do limite a um processo de compromisso, sistemático, orientado para resultados e com um prazo limite. Os detalhes destes compromissos estão descritos em baixo no ponto B. Para mais detalhes sobre as pontuação ESG consultar [ESG Integration Framework](#) Capítulo 3.6.
- **Orientações ESG e processo de referência para ativos não cotados:** As operações de investimento em ativos não cotados, como imobiliário, infraestruturas, colocações privadas, são rastreados pela AIM (Allianz Investment Management) e por gestores de ativos internos do Grupo, em linha com as diretrizes ESG. Estas diretrizes foram escritas em 2013 para áreas sensíveis de negócio, que identificámos como altamente expostas a potenciais riscos e impactos negativos ESG. Estes setores incluem por exemplo Petróleo & Gás, Mineração ou Agricultura. Desenvolvemos diretrizes específicas através do diálogo com ONGs bem como um processo interno de compromisso com os acionistas.

As diretrizes baseiam-se nos padrões de melhores práticas internacionais e incluem questões de impacto negativo como o impacto na biodiversidade, impacto em zonas protegidas, impacto em comunidades locais, violação de direitos humanos. A aplicação obrigatória das orientações ESG para qualquer transação de investimento nos setores de negócio definidos, assegura que os potenciais impactos negativos estão identificados e são mais detalhadamente avaliados.

Para mais detalhes acerca das orientações ESG e tópicos abrangidos pelo setor de negócio, consultar [ESG Integration Framework](#) Capítulo 3.4.

Dadas as diferenças existentes na disponibilização de dados nas principais métricas de impacto negativo (conforme definido pelos reguladores da UE) e classes de ativos, estamos continuamente a analisar com os nossos Gestores de Ativos diferentes possibilidades de obtenção de dados com o objetivo de ampliar a nossa compreensão do potencial impacto negativo. Apesar de todos os esforços, a disponibilidade de dados limita o grau de avaliação das métricas dos impactos negativos. Nesses casos, consideramos temas indicadores subjacentes, tais como Resíduos Sólidos, questões sociais ou laborais.

<sup>6</sup> De acordo com os princípios do PRI, os signatários comprometem-se, entre outros, a incorporar temas ESG na análise e no processo de tomada de decisão de um investimento. Para mais detalhe consulte [aqui](#) (página 3).

## B. Políticas de compromisso

Em nome de todas as suas empresas seguradoras subsidiárias, a Allianz SE dialoga com determinadas empresas onde foram realizados investimentos, onde identifica riscos ESG sistemáticos e / ou princípios de impacto negativo. Este compromisso visa fortalecer a gestão de riscos ESG das empresas e estimular melhorias na sua performance global de sustentabilidade. As questões deste compromisso incluem tópicos como emissões de carbono e a sua gestão, saúde & segurança, emissões tóxicas e desperdício, biodiversidade e utilização de terrenos.

Cada compromisso é monitorizado para acompanhar a capacidade de resposta da empresa e o progresso em relação aos temas de sustentabilidade identificados. Se as respostas forem insuficientes, o desempenho não sofrer evolução ou não haja qualquer tipo de resposta recomendamos a restrição de todos os investimentos na empresa. Esta recomendação é analisada pelo Presidente do Conselho de Sustentabilidade do Grupo que posteriormente aprova ou reprovava a restrição.

A nossa política de compromisso evoluiu na mesma medida em que as mudanças climáticas e outros temas sistémicos impactam nas decisões das empresas e exigem maior colaboração. Aumentamos o nosso compromisso de colaboração para amplificar o impacto positivo dos nossos esforços. Compromissos de colaboração podem consistir num conjunto de investidores abordarem uma companhia ou várias e a sua cadeia de valor num determinado sector ao mesmo tempo.

Esta colaboração consolida os esforços das partes envolvidas, permitindo discussões mais eficientes e orientadas para soluções com maior nível de detalhe. Em 2021, continuamos a ter um papel ativo na iniciativa Climate Action 100+ liderado em conjunto diferentes ações e continuamos a impulsionar atividades de compromisso de gestores de ativos e setoriais como parte do AOA.

Para mais detalhes consultar [Group Sustainability Report 2021](#), capítulo 02.2

## C. Referência à adesão ao código de conduta de um negócio responsável e normas reconhecidas internacionalmente

Acreditamos que a colaboração e as parcerias de longo prazo são fundamentais para promover mudanças positivas. Enfrentar os desafios globais como mudanças climáticas e direitos humanos requer ação coletiva envolvendo empresas, governos e sociedade civil. A Allianz Portugal faz parte do Grupo Allianz, que é membro de diversas iniciativas e princípios relacionados com a sustentabilidade em nome das suas entidades operacionais. A Allianz está comprometida com os Princípios para o Investimento Responsável (PRI) desde 2011. O PRI orienta a nossa abordagem ao investimento responsável e impulsiona uma melhoria contínua em todos os nossos negócios. Como detentores de ativos, reportamos anualmente para o PRI. Todos os relatórios de transparência PRI podem ser consultados [no nosso perfil no website PRI](#). Nos próximos parágrafos, destacamos a nossa abordagem de Direitos Humanos e Mudanças Climáticas.

Uma lista completa de todas as adesões e parcerias podem ser consultadas em [Group Sustainability Report](#) secção 5.4.

## Direitos Humanos

A Allianz está ainda comprometida em respeitar os direitos humanos de acordo com vários padrões existentes, nomeadamente os Princípios Orientadores para Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU), Carta Internacional de Direitos Humanos e conforme estabelecido pelas Normas Laborais da Organização Internacional do Trabalho (ILO, sigla em inglês).

A Allianz reconhece a importância dos direitos humanos como um tema de valores mas de negócio também. Por isso, a Allianz desde 2002 integra nos seus negócios as Diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para Empresas Multinacionais e é membro do Pacto Global da ONU (UNGC).

Anualmente no relatório de sustentabilidade, o Grupo Allianz partilha a implementação dos Dez Princípios da UNGC. Se quiser mais informação, consulte o perfil da Allianz SE no site do UNGC.

Os Direitos Humanos são importantes para a Allianz nos seus vários papéis, seja enquanto seguradora, investidora, entidade empregadora e membro da sociedade. A Allianz tem diferentes processos para cada uma destes papéis e tem como objetivo melhorar continuamente a incorporação dos direitos humanos nos seus negócios. Alguns exemplos do que temos feito ao longo dos anos incluem:

- Em 2021 foi contratada uma empresa externa para avaliar o impacto dos negócios da Allianz nos Direitos Humanos de acordo com a metodologia UNGC, identificar falhas na nossa abordagem e continuarmos a melhorar a integração dos direitos humanos nos nossos negócios e na nossa organização.
- Reforçamos a nossa abordagem através da publicação da nossa Abordagem aos Direitos Humanos, integrada na [Allianz Group ESG Integration Framework](#).
- Desenvolvemos um processo de "due diligence" de direitos humanos como parte da nossa abordagem de ESG, que está integrado no nosso sistema de gestão de risco.
- Utilizamos uma combinação de diferentes abordagens específicas por sector e por país para identificar o risco de direitos humanos.
- Desenvolvemos regras ESG para setores empresariais sensíveis, que incluem uma diretriz de direitos humanos específica por setor (consulte [Allianz Group ESG Integration Framework](#) seção 03.4.7).
- Criámos uma lista de observação para países sensíveis onde ocorrem violações sistemáticas de direitos humanos. Para transações comerciais localizadas nesses países, realizamos diligências específicas de acordo com nossa Diretriz de Direitos Humanos, que cobre vários tipos de violações de direitos humanos.
- Em termos de investimentos, se identificamos um emitente na nossa carteira de ativos cotados que está marcado por temas de direitos humanos pelo nosso prestador externo de dados de sustentabilidade, damos prioridade a este emitente para um compromisso sistemático (ver [Group Sustainability Report 2021](#), seção 02.2).

## Alterações Climáticas

As alterações climáticas e o seu impacto são consideradas em todas as nossas linhas de negócios. A Allianz é um membro ativo de várias associações e iniciativas da indústria relacionadas ao clima, defendendo estratégias ambiciosas de descarbonização e do seu financiamento.

Como parceira da Task Force on Climate-related Financial Disclosure (TCFD), a Allianz reporta especificamente sobre os indicadores de carbono e estratégias para o portfólio do Grupo (consulte [Group Sustainability Report 2021](#), seção 4.6).

Como membro fundador da AOA o nosso [compromisso](#) de longo prazo é de atingir zero emissões de GEE até 2050 na nossa carteira de investimentos, em linha com o AOA Target-Setting Protocol. Isto significa que, como detentores de ativos, nós apoiamos, incentivamos e exigimos que as empresas da nossa carteira embarquem em caminhos de descarbonização consistentes com o objetivo de 1,5° C do Acordo de Paris. Em alinhamento com este compromisso, a Allianz é um membro ativo do Climate Action 100+ (CA100+), que tem como objetivo reunir e entrar em consenso com 167 dos maiores emissores corporativos de Gases de Efeito de Estufa (GEE) do mundo para estabelecer metas de redução de emissões de GEE, fortalecer as divulgações financeiras relacionadas ao clima e melhorar a governação sobre mudanças climáticas.

O nosso esforço incluiu introduzir o CA100+ Net-Zero Company Benchmark nas empresas com quem fazemos negócio e apoiar o papel mais vasto da iniciativa através desta ferramenta de medida e de monitorização. O Benchmark abrange indicadores críticos para medir o progresso das empresas em relação a um caminho alinhado de 1,5°C e reportar de forma transparente a evolução das mesmas.

Utilizamos cenários de teste iguais aos utilizados pelo Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) para validar o nosso alinhamento com as metas definidas.

Estas metas são baseadas em cenários que preveem reduções rápidas de emissões e que o caminho de descarbonização para 1,5°C não seja desviado ou apenas em níveis mínimos. Para o imobiliário, o nosso objetivo é alinhar com os caminhos de descarbonização de 1,5° C para o sector global de imobiliário publicados pelo Controlo de Riscos de Carbono de Imobiliário (CRREM, sigla em inglês).

Entre os esforços da AOA está a disponibilização de cenários operacionais e caminhos, apoiando-se na ciência para todas as iniciativas e promovendo o modelo OECD, os cenários de desvio IPCCs e a IEA's NZE2050.

Adicionalmente contribuimos ativamente para o OpenSource Climate, uma iniciativa que agrupa empresas com o objetivo de construir um nível de dados que será globalmente partilhado e acessível ao público. Estamos envolvidos em outras iniciativas específicas como a Science Based Targets (SBTi) e a Transition Pathway Initiative (TPI) que lutam pela descarbonização.

A participação em todas estas iniciativas é um esforço da Allianz no desenvolvimento de indicadores de desempenho climático em todas as classes de ativos e a construção de ferramentas de avaliação para monitorizar o alinhamento da carteira com o objetivo de 1,5°C do Acordo de Paris. Para mais detalhes, consulte [Group Sustainability Report](#), seção 2.2.3 e 4.3.